

CAMINHOS E DESCAMINHOS DO PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (IFPA)-CAMPUS BELÉM

Ana Maria Leite Lobato¹
Haroldo de Vasconcelos Bentes²
Regina Cláudia Oliveira da Silva³

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os caminhos e descaminhos do PROEJA no IFPA, na perspectiva de contribuir para a construção do referencial teórico sobre a Educação Profissional desta modalidade de ensino no Estado do Pará. Desta maneira, a pretensão é colocar em análise como ocorreu a inclusão social dos jovens e adultos no programa, problematizando as relações e suas implicações na interrupção dos editais de acesso, a partir de 2009. Neste sentido, a pesquisa responde a seguinte indagação: como o PROEJA se configurou enquanto uma política educacional de inclusão social de jovens e adultos no IFPA, no período de 2007 a 2008? O estudo faz uma abordagem histórica através das narrativas dos sujeitos pesquisados. Assim, o método utilizado foi a pesquisa qualitativa, através da entrevista semiestruturada, do círculo hermenêutico dialético, e a pesquisa documental, com destaque para os relatórios das turmas situados na Secretaria Acadêmica na instituição. A entrevista envolveu três gestores, o critério de escolha foi a qualidade das informações e não a quantidade, todas de grande valia para a investigação. O texto apresenta primeiramente como se deu a inclusão dos alunos ao PROEJA no IFPA e suas implicações; em seguida problematiza as dimensões da organização e funcionamento do programa na instituição; e por último, a não inclusão de jovens e adultos ao PROEJA. Os resultados evidenciam que poucos alunos concluíram o programa e a não oferta de novas turmas do PROEJA a partir de 2009 foi critério institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Política Educacional; Educação Profissional; PROEJA, Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é refletir sobre os caminhos e descaminhos do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) Campus Belém. A grave situação do PROEJA que os números revelam exige refletir: como o PROEJA se configurou enquanto uma política educacional de inclusão social de jovens e adultos no IFPA, no período de 2007 a 2008?

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em Licenciatura Plena Em Educação Artística (UFPA). Especialista em Arte Educação (PUC-MG). Especialista em História e Historiografia da Amazônia (UNIFAP). Especialista em Educação: PROEJA (IFPA). Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. E-mail: leao.jr@uol.com.br

² Doutor em Educação Brasileira (UFC). Professor de Filosofia no Instituto Federal de Educação do Pará (IFPA), Campus Belém. Contato: haroldobentes@bol.com.br

³Doutora em Educação Brasileira na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Professora de História do Colégio Militar de Fortaleza.

A situação deste programa no IFPA exige uma avaliação onde se considere os resultados das pesquisas sobre esse objeto, de modo a reverem os equívocos, os avanços, e orientar redefinições para dar continuidade do mesmo a partir de articulações e engajamento de todos os recursos humanos envolvidos. Assim, poderia avançar como proposta de política pública educacional de inclusão para jovens e adultos, considerando que a demanda ainda existe e que essa política não é uma caridade, é um direito e necessidade humana.

Nessa direção é que apresentamos os resultados deste artigo, que tem como fonte as narrativas dos sujeitos que fizeram parte desta história e os relatórios das turmas situados na Coordenação de Registros Escolares na Secretaria Acadêmica da instituição. O texto apresenta primeiramente como se deu a inclusão dos alunos ao PROEJA no IFPA e suas implicações; em seguida problematiza as dimensões da organização e funcionamento do programa na instituição; e por último coloca em questão: houve a inclusão de jovens e adultos ao PROEJA no IFPA Campus Belém? Os resultados evidenciam que poucos alunos concluíram o programa e a não oferta de novas turmas do PROEJA a partir de 2009 foi critério institucional.

1. A inclusão dos alunos ao PROEJA no IFPA e suas implicações.

A inclusão social dos alunos deve ser compreendida num campo de ações articuladas entre todos os envolvidos, problematizada neste, a partir do que ocorreu durante o desenvolvimento dos cursos do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Ao Ensino Médio na Modalidade De Educação De Jovens E Adultos-PROEJA. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) na época da implantação do PROEJA era denominado Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA); em atendimento ao Decreto nº 5.478/2005 e depois pelo Decreto nº 5840/06, mais as orientações do documento base do PROEJA, durante seis meses fez grandes esforços para a implantação deste programa, assim, em 2006 ofertou a primeira turma de Especialização do PROEJA na instituição à formação continuada para professores e técnicos administrativos.

O marco das ações do IFPA para facilitar a inclusão dos alunos no PROEJA foi à oferta da especialização seguindo as orientações do MEC, também foi uma forma que a instituição buscou para preparar os funcionários, principalmente os professores, para trabalhar com o programa e entenderem os princípios do mesmo, de maneira a facilitar a inclusão dos ingressos ao PROEJA. Porém, os resultados desta pesquisa não evidenciam isso, muitos entenderam que o PROEJA foi uma imposição do Governo Federal através de Decreto, assim,

nas instituições ficou claramente caracterizada a não aceitação do programa como uma possibilidade social e educacional, mas sim como algo imposto, que não contou com a participação democrática dos professores e gestores, gerando diversos conflitos e problemas operacionais. Esta realidade tem resquícios até hoje, alguns professores ainda trazem esta mágoa do governo, externando-a para os alunos quando dizem em sala que: [...] somente uma imposição do governo que os colocou ali (esta colocação ouvimos de alguns professores do IFPA num planejamento pedagógico ocorrido na instituição, demonstrando claramente a insatisfação da permanência do programa como uma forma de oferta de ensino) (LIRA, 2011, p. 89).

Foi na perspectiva da formação integral e para o mundo do trabalho a proposta de implantação do PROEJA na proposta aos Centros Federais de Educação Tecnológica em todo o País. Na época, a exemplo dos demais CEFET's, o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA foi implantado em 2007, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, inicialmente no primeiro semestre com três habilitações: mecânica, eletrotécnica e edificações, a partir do segundo semestre foi ofertado uma turma de informática, a forma de ingresso sorteio.

A forma de ingresso dos alunos por sorteio também gerou desconforto, alguns professores que ministravam as disciplinas de formação profissional colocaram em dúvida essa forma, porque escamoteavam as lacunas dos alunos em relação a certos saberes que supostamente deveriam adquirir, tirando aqueles que já atuam como profissionais e estavam ali buscando uma certificação; outros alunos apresentavam dificuldades em demonstrar certas competências e habilidades na área técnica, que alguns alunos “não eram capazes tecnicamente e cognitivamente de estar matriculado, que a seleção em forma de sorteio coloca qualquer um para dentro, que só conseguiram entrar por isso, que se fosse prova, não conseguiriam” (LIRA, 2011, p. 89).

Essa lógica precisava ser superada, uma prova, dependendo do propósito, pode ser uma forma de exclusão, e o PROEJA é um programa que tem como proposta a inclusão de jovens e adultos que por uma série de fatores e práticas já haviam sido excluídos da escolarização. Considerando que não se pode subsumir a cidadania somente “à inclusão no mercado de trabalho, mas assumir a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e o mundo” (BRASIL, 2007, p.13). O PROEJA foi pensado para além dos interesses mercadológicos, e sim “de forma articulada e integrada a uma formação científico-tecnológica e ao conhecimento social, [...] na compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais e políticos do sistema produtivo” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 15). A pretensão era assumir a inclusão dos alunos no PROEJA como uma garantia da formação à cidadania, ou seja; a educação como direito assegurado pela atual Constituição brasileira.

Pensando assim, a inclusão social desses alunos no programa não foi uma imposição do Governo Federal, ele apenas garantiu legalmente esse direito através de decreto, que é um dos instrumentos de instituição legal. É preciso que se entenda que o acesso a uma educação de qualidade, entendida aqui na forma integrada, é uma bandeira de luta histórica dos professores, dos movimentos sociais, de toda a sociedade civil. A instituição do PROEJA por decreto não desqualifica a trajetória de luta por melhorias na EJA e nem o direito que foi conquistado e aprovado legalmente. Porém, é preciso compreender que às reivindicações por melhorias na EJA tem todo um sentido e significado na trajetória da Educação brasileira e que surgiu das lutas sociais, e não da vontade própria do governo. Por essa razão, a inclusão social dos alunos trabalhadores no PROEJA deveria ser concretizada através do ato político, pensada como um direito, como cidadania, como algo significativo, ou seja; uma ação social (WEBER, 2001).

2. As dimensões da organização e funcionamento do PROEJA no IFPA.

Segundo o entrevistado A⁴, B⁵ e C⁶ o PROEJA ficou sob a gestão da Diretoria de Ensino, e seu funcionamento sob a responsabilidade de duas coordenações, uma

⁴ Entrevista concedida em 10 de outubro de 2013, às 08:30 no IFPA.

⁵ Entrevista concedida em 10 de outubro de 2013, às 10:30 no IFPA.

⁶ Entrevista concedida em 08 de outubro de 2013 em sua residência às 10:00 h.

pedagógica e outra operacional. A coordenação pedagógica foi composta por duas professoras, assim o programa não teve um acompanhamento pedagógico pelo setor competente - da equipe de pedagogia -, o que tornou difícil suprir a lacuna da proposta curricular com conteúdos de formação geral e formação profissional, considerando que a maioria dos professores que integraram o programa no IFPA dependiam de um processo de formação continuada que devia ser contínuo para suprir essa lacuna, somente fazer a especialização em PROEJA e o aperfeiçoamento não resolveria o problema, embora fosse um ponto de partida. No decorrer do desenvolvimento dos cursos, os problemas de ensino e aprendizagem foram surgindo, e dentre tantos outros, a coordenação pedagógica no decorrer do curso deixou de atuar, e o PROEJA continuou sem “acompanhamento pedagógico”. As dimensões da organização e funcionamento ficaram reduzidas a responsabilidade da Coordenação Operacional que funcionou até 2009, a qual fazia o esforço de manter os cursos funcionando, mesmo sabendo das lacunas de ensino e aprendizagem, acompanhamento pedagógico, carência de professores e resistência de alguns, que se traduzia em ausência na sala de aula.

A partir de 2009 o coordenador operacional⁷ deixou esse cargo, os alunos não tinham a quem se dirigir nas dificuldades, houve a tentativa de outras pessoas na coordenação, mas os problemas eram muitos e as cobranças também, ninguém queria assumir tal responsabilidade. De maneira que, após muitos apelos, a partir de 2010 os cursos do PROEJA em andamento passaram para a responsabilidade dos Coordenadores dos Cursos Técnicos, a partir de então os alunos tinham a quem se dirigir e a parte operacional melhorou um pouco.

O investimento de maior relevo do IFPA para manter a organização e funcionamento dos cursos teve relação com as orientações segundo o Documento Base do PROEJA ensino médio (BRASIL, 2007) no que se refere às seguintes proposições:

- a) oferta de Programas de Especialização em Educação de Jovens e Adultos como modalidade de atendimento no ensino médio integrado à educação profissional;
- b) articulação institucional com vista à cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) que incidam em áreas afins do PROEJA;
- c) fomento para linhas de pesquisa em educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional (Ibidem, 2007, p. 60).

Segundo Lira (2011) essas três proposições foram atendidas no IFPA, foi ofertado o curso de especialização⁸, e o aperfeiçoamento (180 h) para docentes e gestores do programa na unidade em Belém, que na época era o espaço físico do CEFET-PA. A instituição desenvolveu a formação continuada e promoveu desde 2006 o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade EJA - PROEJA.⁹

⁷ O coordenador operacional deixou o cargo porque passou no mestrado.

⁸ A especialização em nível nacional foi primeiramente apresentada no documento denominado Capacitação de profissionais do ensino público para atuar na Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA. Neste documento continham as orientações básicas para a formatação dos cursos de especialização, como proposta inicial advinda da SETEC para a formação de professores e gestores do Proeja (BRASIL, 2006).

⁹ No IFPA a formação continuada para professores e técnicos administrativos começou em 2006, inicialmente foram oferecidas turmas na sede Belém (ainda CEFET/PA). Em 2007 foram abertas mais 03 turmas. Em 2008, mais três turmas foram formadas. A última turma foi ofertada em 2009, e finalizou suas atividades em CAMINHOS E DESCAMINHOS DO PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (IFPA)-CAMPUS BELÉM.

De acordo com a entrevistada C, participou em uma das turmas de especialização 2009, ela era a única professora da instituição que atuava no PROEJA, tinham mais duas pessoas da parte administrativa, o restante eram professores de fora da instituição e não ministravam aula no programa. Desta maneira, as pesquisas e produções teóricas que deveriam evidenciar questões vinculadas ao PROEJA, como currículo integrado, práticas didático-metodológicas, elaboração das matrizes curriculares por área de formação do programa no IFPA, assumiram configurações temáticas muito diversas, quase sempre desvinculadas dessas questões fundamentais. Desta forma, as expectativas dos servidores e os impactos do curso de especialização em PROEJA no Campus Belém “funcionou, em geral, apenas como fator de nivelamento salarial, aumento de salário,” e poucos benefícios ao programa; embora tivesse uma equipe pedagógica que encaminhava o curso de especialização em PROEJA e vislumbrava a elaboração de subsídios teóricos, via trabalhos de conclusão dos alunos, na direção do projeto político-pedagógico do PROEJA no Campus (BENTES, 2013, p. 73-74).

Ainda segundo o referido autor os gestores e professores que participaram dos programas de mestrado e doutorado na área de educação com áreas afins que discutiam o programa, financiados com recursos da CAPES,¹⁰ o Minter e Dinter entre IFPA e UFC foram os que se focaram sobre o fenômeno da evasão no PROEJA no período de 2007-2009, as pesquisas apresentaram um quadro diagnóstico das turmas com 35 ingressos reduzidos em geral a 15 alunos. De acordo com essa pesquisa, o agravante da evasão foi o desencontro de orientações sobre as diretrizes do PROEJA entre a Diretoria de Ensino e a Coordenação Pedagógica à época. De qualquer maneira, a instituição traçou um caminho que mediante ao que foi acontecendo se tornou um descaminho do programa:

Segundo o alinhavado normativo do PROEJA, no IFPA Campus Belém, ele parece ter se distanciado das orientações legais. Assim sendo, como está o programa, na base da conclusão do ensino médio, e dos percursos da formação profissional? As falas dos sujeitos envolvidos com o PROEJA no Campus dizem muito, às vezes, por meio do silêncio velado não sem propósito, muito pelo contrário, uma forma de protesto e recusa. E, por outras, quando no auge do descontentamento, o discurso rompeu os muros da escola, e chegou ao Ministério Público, reclamando pela conclusão dos cursos no Campus, que, desde a implantação do PROEJA, em 2007, ainda não tinha certificado nenhum aluno, no âmbito das quatro turmas dos editais de acesso 2007 e 2008, únicos, até o final da pesquisa de campo, abril/2012 (IBIDEM, p. 84).

A instituição investiu na formação continuada pensando ser o caminho que favorecesse a institucionalização do PROEJA e a inclusão dos alunos. Entretanto, a proposta de especialização em PROEJA numa instituição enraizada com uma prática na formação profissional como era o CEFET-PA na época não foi fácil, esta formação tinha como foco a mudança na prática pedagógica dos docentes. No entanto, a instituição precisava ir além, era

dezembro daquele ano e a partir de 2010 não houve mais financiamento pelo MEC, se a Instituição quisesse, poderia financiar o prosseguimento, mas, não aconteceu no IFPA (LIRA, 2011, p. 90).

¹⁰ Podemos aqui destacar também a publicação do Edital 03/2006 - PROEJA-CAPES-SETEC, que fomentava a pesquisa e realização de projetos entre as universidades e os IF's. Pesquisa e ensino buscavam trabalhar juntos na implementação e efetivação desta ação governamental. Segundo Moura e Baracho (2010) citado por Lira, 2011, p.85 a partir de dados obtidos da SETEC foram formados mais de 3.000 profissionais pela especialização PROEJA nos polos constituídos e distribuídos em todo o País.

preciso mudar toda uma mentalidade que envolvia não somente os professores, mas, os gestores, pedagogos, os coordenadores dos cursos e todos os funcionários, para que fossem trabalhar no PROEJA sem resistência. O programa precisava ser entendido e abraçado como uma proposta de cunho social, educacional e inclusiva para um público específico. Os docentes para integrarem ao programa deviam seguir nova orientação, conforme o Documento Base do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA:

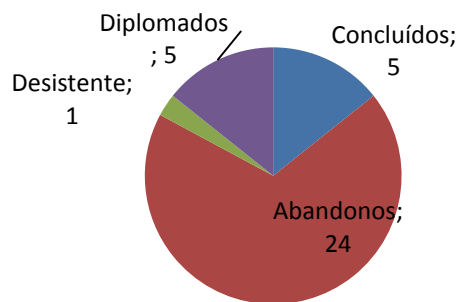
[...] uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora (BRASIL, 2007, p.35).

Nessa perspectiva, foi pensada a formação continuada de professores e gestores com a presunção de formar um quadro humano com domínios das concepções, das práticas político-pedagógicas e metodológicas que dessem suporte ao programa, e garantisse a elaboração do planejamento, das atividades do curso, da avaliação de forma a considerar as características da demanda, ou seja; o perfil do estudante-trabalhador jovem e adulto, aquele que esteve fora da escola por um tempo e que através do programa estaria retornando ao ensino formal. Porém, os gráficos apresentados a seguir, evidenciam que isso não aconteceu.

3. Os resultados da pesquisa: houve inclusão de jovens e adultos ao PROEJA do IFPA - Campus Belém?

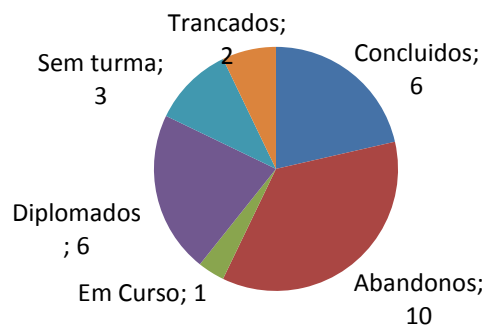
A narrativa crítica que apresenta o resultado desta pesquisa tem como fonte a oralidade através da entrevista semiestruturada tal como descrito por Minayo (2006) e as listagens do status atual das turmas dos cursos do PROEJA no IFPA Campus Belém fornecida pela Coordenação de Registros Escolares da referida instituição, impresso em 6 de agosto de 2013 apresentada em forma de gráficos. Considerando as falas dos entrevistados e os gráficos, a seguir, que mostram a situação atual dos alunos de todas as turmas do PROEJA do IFPA - Campus Belém, foi possível observar até que ponto houve a inclusão dos alunos, as permanências, os abandonos, as pendências e o percentual daqueles que terminaram o curso, ou porque foram diplomados atendendo a exigência de conclusão de todas as disciplinas e mais o estágio; ou concluíram, terminaram o ensino médio porque concluíram somente as disciplinas e não estagiaram.

Gráfico 1 – Status atual de 35 alunos do Curso: 200 Edificações Integrado ao Ensino Médio-PROEJA - Turma: P2001NC – 2007/1.



Fonte: CRE-IFPA, 2013.

Gráfico 2 – Status atual de 28 alunos do Curso: 200 Edificações Integrado ao Ensino Médio-PROEJA - Turma: P2001NE – 2008/1.



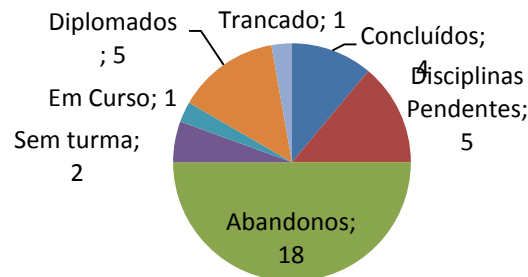
Fonte: CRE-IFPA, 2013.

Assim, o que mais chama atenção no Gráfico 1, 2 e nos demais é a representação do alto percentual de abandono, variando até 50% dos alunos que iniciaram em cada turma. Para ampliar a compreensão deste quadro, é preciso compreender que não observamos um determinado fator responsável pelo reduzido percentual de alunos que permaneceram e terminaram os cursos. Cabe mais apontar os caminhos e descaminhos de uma constelação de fatores que não favoreceram um desenvolvimento melhor do programa e isso comprometeu a inclusão dos alunos no PROEJA, os problemas aconteceram, mas não podemos negar também os avanços. Segundo o entrevistado A, o programa ficou sob a gestão da Diretoria de Ensino, e seu funcionamento sob a responsabilidade de duas coordenações, uma pedagógica e outra operacional. A coordenação pedagógica foi composta por duas professoras, assim o programa não teve um acompanhamento pedagógico pelo setor competente, o que tornou difícil suprir a lacuna da proposta curricular com conteúdos de formação geral e formação profissional, considerando que à maioria dos professores que integraram o programa no IFPA dependiam de um processo de formação continuada que devia ser contínuo para suprir essa lacuna, somente fazer a especialização em PROEJA e o aperfeiçoamento não resolveria o problema, embora fosse um ponto de partida.

De acordo com o entrevistado A, a princípio a instituição fez reuniões, promoveu encontros, ofertou uma especialização e aperfeiçoamento aos funcionários. Mas, não teve uma organização estrutural efetiva de funcionamento dos cursos e planejamento para o PROEJA, onde fossem alocados os atores e as responsabilidades. Também não

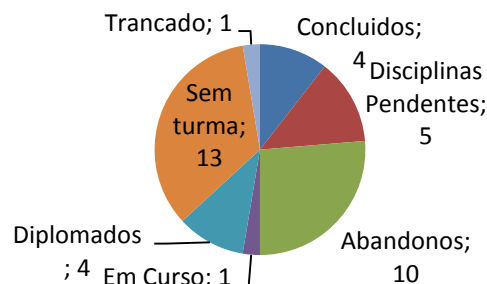
aconteceram os relatos das experiências bem sucedidas, no sentido de democratizar os avanços, tanto nos aspectos pedagógicos quanto em outros aspectos e nem uma avaliação permanente durante o funcionamento dos cursos que permitisse traçar ações para superar as dificuldades, principalmente os abandonos e as disciplinas pendentes como mostram os gráficos do Curso de Mecânica na figura 3 e 4.

Gráfico 3 – Status atual de 36 alunos do Curso: 201 Mecânica Integrado ao Ensino Médio-PROEJA - Turma: P2011NC – 2007/1.



Fonte: CRE-IFPA, 2013.

Gráfico 4 – Status atual de 38 alunos do Curso: 201 Mecânica Integrado ao Ensino Médio-PROEJA - Turma: P2011NE – 2008/1.



Fonte: CRE-IFPA, 2013.

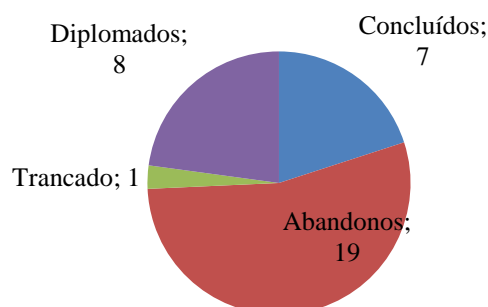
Segundo a Entrevistada C, muitas dessas ausências eram constantes por parte de alguns professores e também dos alunos; quando não ocorriam os desencontros entre algumas turmas e determinados professores, uma forma de resistência em integrar ao Programa. Além disso, a maioria dos alunos eram trabalhadores, e não conseguiam chegar a tempo de cumprir o horário que tinha início às 18:20 h., depois o horário mudou às 19:00 h., mas não melhorou a ponto de se tornar visível as presenças daqueles que sempre apresentavam as desculpas, isso envolvia parte dos discentes e alguns docentes, tudo isso foi tomando um volume insustentável e contribuiu também para o percentual em relevo das disciplinas pendentes e o abandono em mais de 50% como apresenta figura 3.

Segundo a entrevistada B, para receber a bolsa tinha critério, a frequência deveria ser no mínimo de 75% para garantir a bolsa mensal. Entretanto, o repasse da bolsa atrasava constantemente, mesmo a responsável fazendo o levantamento da frequência dos alunos e preparando a documentação a tempo, listando os alunos que realmente garantiram esse direito, passavam-se dois meses para receberem, era toda uma questão burocrática, inclusive o fato de não receberem no tempo certo causava uma insatisfação e desmotivação

nos alunos, muitos desistiram de estudar porque não tinham o dinheiro para a passagem de ônibus, tirar cópia de material.

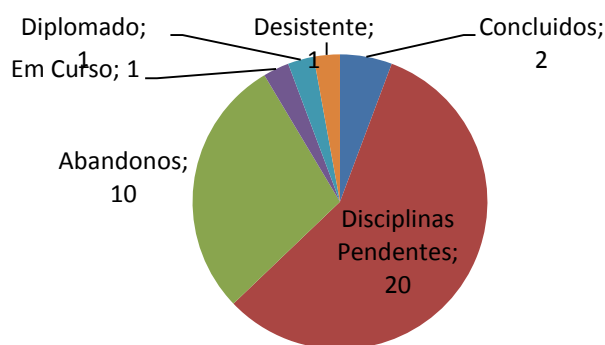
De acordo com a entrevistada C, a bolsa auxílio no valor de R\$100,00 também motivou o ingresso de alguns alunos nos cursos, eles falavam claramente isso em sala, que buscaram o curso por causa da bolsa, outros dizem que a motivação foi o fato do curso ser de graça, eram bem poucos que diziam que tinham experiência na área técnica do curso que se matricularam e que buscavam uma certificação para mudar de condição de vida.

Gráfico 5 – Status atual de 35 alunos do Curso: 203 Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio-PROEJA - Turma: P2031NC – 2007/1.



Fonte: CRE-IFPA, 2013.

Gráfico 6 – Status atual de 35 alunos do Curso: 203 Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio-PROEJA - Turma: P2031NE – 2008/1.



Fonte: CRE-IFPA, 2013.

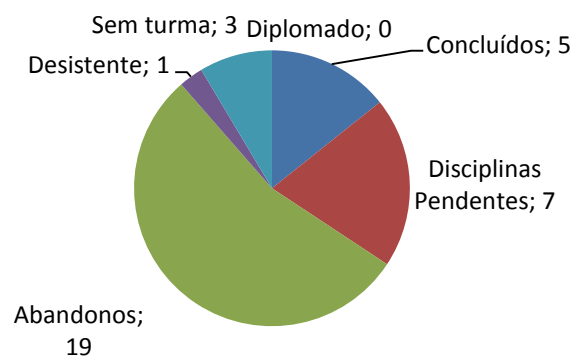
Em 2009 o PROEJA ficou sem o coordenador operacional, os alunos não tinham a quem se dirigir quando ocorriam as ausências de professores, os atrasos nas aulas, as pendências de notas. Com todas essas dificuldades tinham aqueles alunos que não desistiram, pediam explicação sobre o atraso da bolsa, colocavam suas angústias, falavam e exigiam dos gestores ações para as melhorias do programa na instituição, nesse fato reside uma leitura positiva, segundo Charlot:

A leitura positiva é antes de tudo uma postura epistemológica e metodológica. Praticar uma leitura positiva não é apenas, nem fundamentalmente, perceber conhecimentos adquiridos ao lado das carências, é ler de outra maneira o que é o que é lido como falta pela

leitura negativa. Assim, ante um aluno que fracassa num aprendizado, uma leitura negativa fala das deficiências, carências, lacunas e faz entrar em jogo os processos de reificação e aniquilamento [néantisation] que analisamos, enquanto que uma leitura positiva se pergunta **o que está acontecendo**, qual a atividade implementada pelo aluno, qual o sentido da situação para ele, qual o tipo das relações mantidas com outros, [...] (CHARLOT, 2000, p.30 **grifo nosso**).

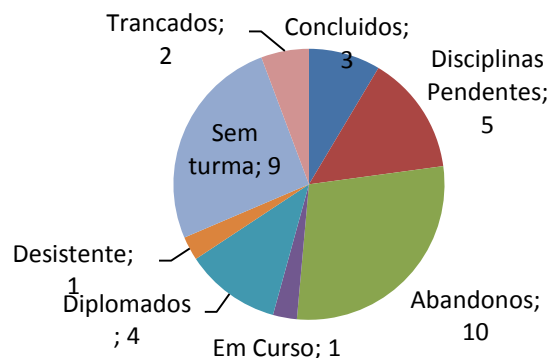
Então, a partir de tudo o que ocorreu com o PROEJA no IFPA Campus Belém, compreendendo como foi construída a situação que envolveu os alunos, onde poucos concluíram e foram diplomados, as situações de fracassos de muitos, é que focamos no que ocorreu com alunos, com o PROEJA e na instituição. Muitos alunos diziam que não iam desistir, em respeito a um colega de curso, que teve um mal súbito e morreu esperando concluir o PROEJA, ele já atuava na área e seu sonho era ter a certificação. A duração dos cursos era de três anos e meio, a turma desse aluno começou em 2007, já estava em 2010 e tinham muitas pendências a serem resolvidas (Entrevistada C, 2013).

Gráfico 7 – Status atual de 35 alunos do Curso: 213 Informática Integrado ao Ensino Médio-PROEJA - Turma: P2131ND – 2007/1.



Fonte: CRE-IFPA, 2013.

Gráfico 8 – Status atual de 35 alunos do Curso: 213 Informática Integrado ao Ensino Médio-PROEJA - Turma: P2131NE – 2008/1.



Fonte: CRE-IFPA, 2013.

Os gráficos acima mostram alunos em situações de fracasso, eles revelam também que muitas histórias escolares não tiveram sucesso, essa situação merece uma análise mais detalhada, a qual não comporta neste artigo. Entretanto, não nos furtamos a uma reflexão preliminar, mas não utilizaremos as situações de fracasso escolar como aquelas que padecem de deficiências socioculturais, ou seja; por causa de sua origem familiar; e nem de sua origem cultural, isto é étnica. Também não negamos que essas situações de fracassos tenham relação com a desigualdade social, mas isto não quer dizer que a origem social é a causa do fracasso escolar (CHARLOT, 2000).

Consideramos a existência de uma constelação de fatores que aconteceram na relação com o saber. Primeiro, a pouca experiência dos alunos na área técnica do curso escolhido; segundo, muitos alunos já haviam parado de estudar a algum tempo, atuando em outras práticas culturais diferente da proposta da instituição. Terceiro, a pouca experiência e relação da instituição com o saber de jovens e adultos, primeiro a dificuldade em tratar os alunos trabalhadores que tinham um perfil diferenciado dos alunos que faziam o Curso Integrado Médio pela manhã e tarde, operacionalizando o mesmo planejamento pedagógico e tratamento. Segundo, os gestores não conseguiram dar uma organicidade para a manutenção do PROEJA, isso envolveu a falta de articulação entre a pedagogia, os docentes, os coordenadores, os alunos e os gestores; a não existência de um plano de ação também comprometeu a qualidade do curso, pois não ocorreu uma avaliação que contribuísse para superar os descompassos e corrigir a tempo as deficiências como o atraso no pagamento das bolsas aos alunos, a falta de professores, a falta de um acompanhamento pedagógico (currículo, expectativas dos alunos e professores), as pendências de disciplinas e o lançamento de notas na Coordenação de Registros Escolares (CRE). Essas ocorrências contribuíram também para a situação de fracasso escolar, o auto índice de abandono do curso, impossibilitando um aprendizado eficaz para a maioria dos alunos.

O Coordenador Operacional acompanhou como essa situação de fracasso escolar foi construída, considerando tudo isso, inclusive o esforço dos alunos que resistiram a toda sorte de dificuldade e incomodado com a situação apontou uma solução para resolver as pendências. Assim, no sentido de contribuir para que alguns alunos pudessem passar para a situação de bem-sucedido, quando consultado pelos gestores sobre a oferta de novas turmas do programa, sugeriu que não houvesse oferta de turma do PROEJA em 2009, enquanto não fossem resolvidas as pendências que envolvia todos os cursos. A partir do referido ano, a instituição optou por não mais ofertar o PROEJA no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia-Campus Belém (Entrevistado A), fato confirmado na Coordenação de Registro Escolares do IFPA - Campus Belém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas para a Educação de jovens e adultos é um desafio e ganha mais peso quando este esforço abrange uma instituição que historicamente vem caracterizada pela eficiência e qualidade técnica. A implantação de um programa como o PROEJA deve ser entendido como uma política que emergiu de lutas sociais, não é uma imposição do governo, mas uma forma de acesso à cidadania, uma necessidade humana, um direito para aqueles que não tiveram êxito na escolarização, ou porque foram obrigados a abandonar, ou pelas reiteradas repetências, ou pelas exigências de compor renda familiar, em suma, devido as várias situações que o colocaram numa situação de fracasso escolar.

O IFPA já tem um organograma de cargos e responsabilidades, assim, quando se implanta um novo programa, não aumenta junto com ele os recursos humanos, mas, as ações, e com isso mais trabalho, assim fica difícil alguém querer assumir um programa

como esse para perceber uma quantia simbólica.¹¹ Então, temos aí um grande desafio, que é a mudança no interior da Instituição. A formação continuada teve início, mas precisa continuar e ser permanente, as condições de trabalho devem ser priorizadas, isso envolve a contratação de mais recursos humanos e disponibilidade de materiais, mais o engajamento de todos; e mudanças na concepção curricular e na prática pedagógica, rever as ações planejadas e articular entre todos os envolvidos, principalmente rever as metodologias e as intervenções pedagógicas de acordo com o perfil dos alunos trabalhadores. Posto que, os resultados apresentados neste artigo, evidenciam alguns avanços, mas os gráficos mostram também um número expressivo de abandono em relação aos diplomados e concluintes.

O fato é que houve atos e omissões, a instituição pecou na forma de organização e funcionamento do programa, mas não pecou sozinha, e o acompanhamento desse programa pelo Ministério da Educação através da Secretária de Educação Profissional e Tecnológica-SETEC?

Assim, uma política pública educacional tem como base a ética. A educação é um direito, a privação desse direito em alguma(s) de suas dimensões, é subtrair o direito de alguém. Se existem responsáveis, seus atos e omissões devem ser tipificados, no caso de omissão do poder público quanto a esse direito, os governantes devem assumir suas responsabilidades e consequências (JAMIL, 2010). Mas, acima de tudo, cabe ao Estado tomar as providências para restaurar o direito lesado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTES, Haroldo de Vasconcelos. **Tecnologias digitais e a prática pedagógica do PROEJA, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Belém**. Ceará. 2013. 266 f. Tese. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, p. 73-84.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005.

_____. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: 13 de julho de 2006.

_____. **Documento Base**. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: SETEC/MEC, 2007.

_____. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: Documento Base**, Brasília: dezembro de 2007.

¹¹ Função Gratificada -FG4 no valor de R\$50,00

CHARLOT. Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, p.30.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Por um sistema nacional de Educação.** São Paulo. Editora Moderna LTDA, 2010.

LIRA, Carla Lopes. **Formação continuada de professores para o PROEJA: A realidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.** Ceará. 2011. 142 f. Dissertação. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, p. 89.

MINAYO. M. C. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 2006.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais.** Parte 1. Tradução de Augustin Wernet, 4. Ed. São Paulo: Cortez; Campina, SP: Universidade Estadual de campinas, 2001.

Submetido em: Janeiro de 2015

Aprovado em: Julho de 2015